

MEMÓRIA DA 41ª REUNIÃO CONJUNTA DAS CÂMARAS TÉCNICAS CTGI, CTEA, CTPA, CTMH e CTAS GESTÃO 2021-2023		
DATA: 11/04/2023	HORÁRIO: 09 h	LOCAL: Plataforma Teams
LISTA DE PRESENÇA		
Nome	Entidade	Câmara Técnica
Alfredo Pisani	DAEE	CTMH
Allan Santos de Oliveira	PM de Suzano	CTEA
Camila Arantes	UFABC	CTAS e CTGI
Gerson Salviano Almeida Filho	IPT	CTGI e CTPA
Gilson Goncalves Guimaraes	CETESB	CTGI
Jaqueline Bória	UNIFESP	CTPA
Josué Barranco	DAEE	CTPA
João Carlos Simanke de Souza	ABAS	CTAS
Laura Stela Naliato Peres	SEMIL	CTGI
Lilian Barrela Peres	CETESB	CTMH
Lilian Barrela Peres	CETESB	CTMH
Melissa Graciosa	UFABC	CTMH
Natacha Nakamura	PM de Suzano	CTEA
Renata Moreira	UFABC	CTMH
Rodrigo Ferraz	AESABESP	CTMH
Rosélia Mikie Ikeda	PM de São Paulo	CTPA
CONVIDADOS		
Nome	Entidade	
Beatriz Vilera	FABHAT	
Larissa Silva	FABHAT	
Matheus Gustavo Lopes Frade	UFABC	
Rhaismany Gabriel	FABHAT	
Roselis		
Thalita Barttoz de Assis	UFABC	
Tiago Gabassi	PM de Mauá	
Túlio Siqueira	PM de Mauá	
Viviane Caetano	PM de Ferraz de Vasconcelos	

1. Abertura

Laura Stela (SEMIL), coordenadora da CTGI, deu as boas vindas aos presentes e informou que a pauta seria a apresentação da análise dos projetos 7, 8 e 9.

2. Análise de Projetos

Projeto 7: Ferraz de Vasconcelos Sustentável Construção de Centro de Triagem – PM de Ferraz de Vasconcelos

Analistas: Natacha Nakamura (PM de Suzano), Jaqueline Bória (UFABC), Josué Barranco (DAEE).

Apresentação: Natacha.

Os principais pontos abordados foram:

- O TR se inicia com uma descrição do município onde deveria apresentar somente a apresentação institucional do tomador, descreve um levantamento da rede hidrográfica e outros aspectos que não seriam necessários;
- No item justificativa, o tomador cita a Lei Municipal nº 3.185/2013 como o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), mas a lei é uma política municipal de resíduos, o tomador deve fazer a diferenciação entre política e plano;
- O tomador deve apresentar um plano de gestão de resíduos;
- Ainda no item justificativa o tomador cita que irá coletar 1 caminhão de resíduos por dia, ainda que o município seja relativamente pequeno, somente um caminhão por dia não irá comportar os resíduos;
- A área de estudo não está muito bem apresentada no mapa, o tomador descreve como sendo a vila Romanópolis, mas a figura que aparece no TR da Av. Luiz Antônio de Paiva seria da região da Estação Antônio Gianetti, o tomador deve justificar a escolha desta região. O tomador deve determinar com mais clareza a área de estudo;
- O TR possui duas informações diferentes sobre o total da população do município. Sobre a população atendida, o tomador deve readequar, e especificar qual a população diretamente atendida pelo projeto, que não deve ser toda a população do município;
- Na metodologia, o tomador deve descrever as atividades de educação ambiental e comunicação com a população sobre a central. Também deve descrever como será a operação da central após instalada;
- No item parcerias, faltou a inclusão da Cooperativa de catadores que será o pilar do projeto, o tomador deve estabelecer uma garantia de quem irá atuar na central de resíduos, termo de parceria ou outro tipo de vínculo;
- Em metas e ações o tomador cita que uma das metas será de adquirir alguns equipamentos, que precisam ser melhor definidos. Além disso, não apresenta metas quantificáveis relacionadas a resíduos sólidos;
- A central de triagem precisa ter maior detalhamento, principalmente em relação a quantidade de materiais que será absorvido pela central de triagem;
- Definir em qual dos 3 endereços citados nos documentos será instalada a central de

triagem: Avenida Luiz Antônio de Paiva (imagem do TR), ou Avenida do Paiol (citada na declaração de disponibilidade do terreno), ou Estrada Ibraim (citada no memorial descritivo);

- Definir quais são as 54 escolas que farão parte do programa e quais são os PV's;
- Os objetivos específicos devem ser revistos;
- Incluir a dedicação em horas da equipe técnica para determinar a contrapartida;
- Ajustar as diferenças entre a planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

Jaqueline Bória (UFABC) complementou que deve estar bem claro como será o manejo dos resíduos dentro das escolas.

Allan Santos (PM de Suzano) se manifestou sobre a importância de se trabalhar a educação ambiental nessas escolas que farão parte do projeto e mostrou preocupação com o fato do tomador ter deixado de fora do TR itens importantes e que talvez não consiga garantir a perenidade do projeto.

De acordo com os analistas, faltam informações para avaliar se o projeto será perene ou não, se o tomador vai conseguir implantar a coleta seletiva dentro do município, quais serão seus parceiros.

Segundo Laura, faltou o tomador trazer qual será a influência desse resíduo para o recurso hídrico.

Renata Moreira (UFABC) sugeriu que assim como FABHAT e as Câmaras técnicas estão se preocupando em ter um instrumento para nortear os tomadores na área de drenagem o mesmo deve ser feito para a parte de resíduos, criar um roteiro que preveja a mobilidade.

Rodrigo Ferraz (SABESP) e Melissa Graciosa (UFABC) concordaram com a fala da Renata e concordou que o tomador merece uma chance para fazer as complementações, Melissa falou ainda da contratação de consultoria para criar modelos de TR, que ainda não foram feitos e que as prefeituras têm dificuldades técnicas para elaborar um TR de qualidade.

Gerson Salviano (IPT) também se manifestou a favor de darmos tempo ao tomador para fazer as complementações e de cobramos a consultoria os modelos de TR.

Beatriz Vilera (FABHAT) disse que na semana passada conversou novamente com a empresa contrata para a elaboração dos TR's, cobrando sobre os ajustes necessários.

Lillian Barrela Peres (CETESB) e Melissa Graciosa (UFABC) se manifestaram ainda dizendo que após a elaboração dos TR's a empresa de consultoria deve enviá-los aos especialistas para complementações.

Conclusão: necessita de complementações para reanálise.

Projeto 8: Ampliação do Sistema de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos por meio da Implantação de Ecopontos em Regiões Vulneráveis a Descartes irregulares em Mauá – PM de Mauá

Analistas: Natacha Nakamura (PM de Suzano), Gerson Salviano (IPT), Renata Moreira (UFABC) e Ricardo Saad (CIESP).

Apresentação: Natacha Nakamura

Os principais pontos abordados foram:

- O projeto se baseia no Plano de resíduos de 2011, mas as informações não refletem a realidade atual, isso deve ser revisto;
- O tomador prevê no TR: "Para o transporte e tratamento de resíduos, são utilizados 19 caminhões, conforme dados apresentados na tabela a seguir, no qual se nota que a prefeitura não possui frota própria, que não sejam os veículos 4x4, não contabilizados." Tomador deve esclarecer melhor essa parte;
- O tomador deve fazer o levantamento/mensuração da quantidade de resíduos que estima recolher através dos ecopontos, quantidade de resíduos que estariam indo para os córregos;
- Quantos ecopontos estão em operação atualmente? No plano de 2011 fala que eram 11, mas no TR fala que são 5, determinar exatamente quantos são, deixar bem claro no TR quantos ecopontos existem, quantos estão previstos, e quantos foram fechados;
- A tabela 4 não descreve as unidades para os volumes que serão recebidos nos ecopontos, o tomador deve rever;
- Sobre a unidade de triagem, deve-se definir melhor se será a COOPERMA ou a COOPERCATA que precisa ser regularizada;
- Justificar a escolha dos locais para a instalação dos ecopontos;
- Descrever melhor porque é necessário o uso de um triturador de poda;
- Prever o uso de uma balança para determinar a quantidade de resíduos coletados;
- Definir quem irá utilizar o caminhão poliguindaste que o tomador pretende adquirir, já que o novo MPO não prevê mais a doação de equipamentos;
- Embora a atividade seja dispensada de licença, o fato do ecoponto estar inserido em área de preservação traz a necessidade de licença, tomador deve providenciar;
- Definir quanto é longo prazo, quanto é curto prazo nas ações de educação ambiental, lembrando que o TR irá servir como base para licitação e contratação então deve estar mais detalhado;
- No item equipe técnica o tomador deve mencionar quem é que irá trabalhar nos ecopontos;
- Indicadores, colocar a quantidade de ecopontos que objetiva ser construído e quanto de resíduos está sendo recolhido, também rever sobre os 4 trituradores que a meta é de 50% de redução do volume, mas qual seria o volume? Não está claro;
- Rever os prazos de entrega dos produtos para não haver uma prorrogação sem necessidade, os prazos devem ser mais realistas;
- Os valores descritos na contratação no texto do TR, não estão de acordo com a planilha de orçamentos, tomador deve rever.

Mais detalhes sobre os pontos analisados estão na planilha de análise ou na gravação da reunião.

Beatriz destacou que o tomador apresentou somente para um projeto básico dos 4 ecopontos, e que é uma condicionante para a proposta. Ainda de acordo com ela os prazos no cronograma não estão condizentes com a realidade, precisam ser revistos, e os itens na planilha orçamentária não estão coerentes com o cronograma. Beatriz também aconselhou o tomador a aplicar a contrapartida em apenas alguns itens e não em todos como ele apresentou, e se a mão de obra será como contrapartida deve estar descrito de forma correta também na planilha orçamentária.

Renata comentou que os analistas sentiram falta das indicações dos locais dos ecopontos e de mapas que descrevam isso, e identificação nas áreas de mananciais e a justificativa clara da escolha da localização dos ecopontos propostos.

Túlio Siqueira (PM Mauá) estava presente na reunião e atestou ciência da análise para tomar as providências para complementação.

Laura ressaltou que esta proposta também está aberta para complementações e Natacha e os outros analistas se colocou à disposição dos tomadores para ajudar com o que for preciso na revisão dos documentos.

Conclusão: Necessita de complementações para reanálise.

Projeto 9: Diagnóstico e monitoramento do aporte de sedimentos em sub bacias localizadas na região do Tietê Cabeceiras visando controle e subsídios aos serviços de desassoreamento – DAEE

Analistas: Lilian Barrela Peres (CETESB) Renata Moreira (UFABC), e Melissa Graciosa (UFABC).

Apresentação: Renata

Principais pontos da análise:

- O tomador deve fazer um diagnóstico das condições de expansão urbana e pensar ações de prevenção ao desassoreamento e pensar uma forma mais eficiente e inovadora de aplicar os recursos de desassoreamento;
- Há uma dúvida dos analistas em relação ao enquadramento da ação se seria uma ação financiável ou não. O tomador deve definir se se trata de um estudo ou de uma proposta de rede de monitoramento;
- Definir a abrangência e o objetivo geral, se for um estudo seria para toda a BAT? E se for uma rede de monitoramento se é uma fase piloto;
- Justificar a escolha das áreas de estudo;
- Metodologia precisa ser readequada, deve deixar claro qual o objetivo e a área de estudos, apresentar os pontos de monitoramento, a frequência de análise, quando e onde serão implantadas. O mesmo para as coletas de amostras, quantas serão? Com que frequência? (se for estudo não se aplica);
- Na apresentação do proponente falta dois projetos de desassoreamento que devem ser citados, Ribeirão Eusébio e Rio Jundiá;
- No item equipe técnica deve apresentar a equipe do tomador que irá acompanhar a execução do projeto;

- Em população atendida, o número de população atendida é inexpressiva em relação ao total da BAT. Não foi apresentada justificativa da escolha da área piloto em relação da área mais crítica em produção de sedimentos ou em relação ao impacto da população.

Os analistas optaram pelo parecer final: habilitado para complementações.

Mais detalhes estarão disponíveis na planilha de análise. Ainda há uma divergência de entendimento entre os analistas sobre se é um estudo ou uma ampliação da rede de monitoramento.

Melissa fez também algumas considerações sobre o projeto, que é uma demanda do Comitê a realização deste estudo devido aos diversos projetos de desassoreamento apresentados pelo DAEE. Complementou que para uma ação efetiva, deve se iniciar com um estudo, que a proposta não deve ser simplesmente retirar material do rio depois que ele está lá, o que pode ser feito de prevenção nesses casos? A ideia é que o DAEE traga uma proposta que não seja novamente refeita daqui a alguns anos nos mesmos trechos. Seria mal uso dos recursos FEHIDRO.

Lilian Peres (CETESB) também fez suas considerações a respeito da importância do projeto e que seria um grande problema indicar um projeto que está numa ação não contemplada na deliberação, já que alguns projetos aqui já foram inabilitados por estarem na mesma situação. E complementou dizendo que quando se fala em rede, tem que ter em mente 4 pilares na rede, que é a localização dos pontos, a definição dos parâmetros, a frequência e a disponibilização dos dados.

Laura acrescentou que há a necessidade de o tomador estabelecer uma linha clara do que está buscando para financiamento e qual a ação de enquadramento, para daqui a 15 dias os analistas alterarem o PA/PI.

Beatriz ressaltou que a ação não entrou na deliberação, mas ela está no PA/PI, então é uma questão de colocar na segunda chamada, e amadurecer a questão do enquadramento e reapresentarem o projeto um pouco mais estruturado e mais alinhado para segunda chamada.

Após longa discussão, os analistas e membros das câmaras técnicas decidiram por inabilitar o projeto para que seja reapresentado na segunda chamada mais estruturado. FABHAT ficou responsável por agendar uma reunião com o tomador para tratarem dos ajustes necessários.

Conclusão: inabilitação e contato com o tomador para reapresentação do projeto em segunda chamada do FEHIDRO de 2023.

Beatriz lembrou a todos da próxima reunião será dia 18 de abril e apontou que a pauta seria a apresentação das análises dos projetos 3, 6, 10 e 11.

Laura agradeceu a presença de todos e a reunião encerrou às 11h58.